

# VI seminário CETROS

**CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL**

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



## **APONTAMENTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: DESMONTE DE DIREITOS E SUPEREXPLORAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA**

Nayara Fernanda Magalhães Feitosa<sup>1</sup>

Fabiana Moreno de Lima<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho é resultado de uma pesquisa de natureza qualitativa, por meio de uma revisão de literatura, realizamos um levantamento bibliográfico de autores que tecem a temática em questão no modo de produção capitalista e os rebatimentos da reestruturação produtiva na classe trabalhadora. Como reflexo desse processo, utilizamos como aporte teórico metodológico baseado no materialismo histórico dialético, visto que o mesmo é capaz de cingir os fenômenos em sua totalidade a partir da infraestrutura e da superestrutura. Nesse sentido, a reestruturação produtiva tem como reflexo a perda de direitos sociais e do aumento da exploração da força de trabalho, através do alto grau de extração de sobre trabalho de contingentes operários e empregados da produção social, gerando o acúmulo exponencial de mais-valia para o numulário. Assim, o que tem ocorrido é a restrição e redução de direitos sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais em ações pontuais e compensatórias direcionadas aos efeitos mais perversos da crise. Contudo, faz-se necessário o fortalecimento dos movimentos sociais e sindicalistas na luta pela garantia dos direitos sociais e por uma nova sociabilidade emancipada afim de atender as necessidades humano genéricas.

**Palavras-chave:** Modo de produção capitalista. Reestruturação Produtiva. Neoliberalismo.

### **1 Introdução**

De antemão, realizamos um levantamento bibliográfico de autores que tecem o assunto a partir da catalogação em bibliotecas como Biblioteca Central da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e a Biblioteca de Ciências Humanas (BCH) da Universidade Federal do Ceará (UFC) e bases de dados referenciais *online*, como *SciELO*<sup>2</sup> e o *Google*

<sup>1</sup> Mestranda em Serviço Social, Trabalho e Questão Social na Universidade Estadual do Ceará (MASS/UECE). Discente da Especialização em Serviço Social, Políticas Públicas e Direitos Social na Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: nayaranandamagalhaes@gmail.com

<sup>2</sup> Mestranda em Serviço Social, Trabalho e Questão Social na Universidade Estadual do Ceará (MASS/UECE). Discente da Especialização em Serviço Social, Políticas Públicas e Direitos Social na Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: fabianamorenodelima@gmail.com

<sup>2</sup> Cf. PACKER, AL., et al., orgs. *SciELO. 15 Anos de Acesso Aberto*: um estudo analítico sobre Acesso Aberto e comunicação científica. Disponível em: <<https://goo.gl/7DobLw>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

**VI seminário CETROS**  
**CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL**  
desafios para a classe trabalhadora

---

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE  
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



*Scholar.* Nesse sentido, baseamo-nos no método materialista histórico dialético<sup>3</sup>, visto que o mesmo é capaz de cingir os fenômenos a partir de um viés crítico e histórico da concretude a qual se incide.

Nossa análise sobressai, acerca da centralidade do trabalho e das diversas manifestações do modo de produção capitalista. Contudo, é a partir dos anos 1970, com a inserção da reestruturação produtiva com o toyotismo<sup>4</sup> que este materializa-se como uma resposta à crise do fordismo nos anos setenta. O trabalhador desqualificado, submetido à repetição, é substituído pelo operário polivalente. Para que ocorra a flexibilização da produção, é necessário o desmonte dos direitos dos trabalhadores. O toyotismo<sup>5</sup> é estruturado partindo de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratados, dependentes das condições de mercado, terceirizados que se submetem a condições precarizadas de trabalho pressionados pelo exército industrial de reserva, pelo desemprego estrutural.

A reestruturação produtiva demonstra-se não apenas por meio da perda de direitos e do aumento da exploração da força de trabalho, através do alto grau de extração de sobretrabalho de contingentes operários e empregados da produção social. A precarização do trabalho também se explicita através do crescente contingente de trabalhadores desempregados supérfluos à produção do capital.

No Brasil, essa realidade intensifica-se na década de 1990, ocorrendo o trinômio do liberalismo para as políticas sociais com a privatização, a focalização/seletividade e a descentralização. Assim, o que tem ocorrido é a restrição e redução de direitos sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais em ações pontuais e compensatórias direcionadas aos efeitos mais perversos da crise.

---

<sup>3</sup> Cf. COSTA, Frederico. O marxismo enquanto referencial teórico para o conhecimento do ser social. JIMENEZ, Susana Vasconcelos; FURTADO, Elizabeth Bezerra (Org.). **Trabalho e Educação: uma intervenção crítica no campo da formação docente**. Fortaleza, CE: Edições Demócrito Rocha, 2001.

<sup>4</sup> Cf. ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. Boitempo Editorial, 2015.

<sup>5</sup> “O espírito do toyotismo permeia o novo complexo de reestruturação produtiva do capital [...] o nexó essencial do novo modelo de produção do capital é a ‘captura’ da subjetividade [...] da Quarta Idade da Máquina, a base técnica das revoluções tecnológicas do capital que incorporam as sinergias da sociedade em rede [...]” (ALVES, 2015, p. 8)

# VI seminário CETROS

**CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL**

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



O modelo neoliberal também influenciou a estrutura dos sindicatos, desmantelando e enfraquecendo a organização da classe trabalhadora. Nesse cenário de desmonte de direitos, torna-se bastante recorrente nas empresas a terceirização. Nessa realidade, os trabalhadores terceirizados são mais explorados que os demais, muitas vezes, exercendo atividades além das que foram contratados. Exploração tão intensificada que ocasiona um maior número de acidentes de trabalho e adoecimento físico e mental desses trabalhadores.

Diante do antagonismo estrutural das relações entre as classes sociais fundamentais (a burguesia e o proletariado) e da barbárie causada pelo modo de produção capitalista, faz-se muito importante a problematização dos prejuízos causados à classe trabalhadora pelo capital e a reflexão acerca da necessidade de sua superação.

Portanto, o presente trabalho objetiva problematizar acerca da reestruturação produtiva como estratégia do capitalismo em sua incessante busca por lucros, causando o desmonte de direitos dos trabalhadores. Na sociedade do capital, diante desse cenário de superexploração, a classe trabalhadora é exposta a condições de trabalho insalubres, baixos salários, precarização das relações contratuais, desmantelamento dos sindicatos e diminuição da capacidade de barganha, realidade que vem sendo aprofundada em tempos de reestruturação produtiva e neoliberalismo.

## **2 Reestruturação produtiva: os impactos na classe trabalhadora**

O trabalho é uma relação entre o ser humano e a natureza. O ser humano por sua própria ação media, regula e controla seu metabolismo com o meio ambiente. Ele mesmo se defronta com a matéria a ser transformada como uma força natural. A humanidade põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade, (braços e pernas; cabeça e mão), com a finalidade de apropriar-se da matéria natural e, assim, gerar utilidade para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele transforma, ao mesmo tempo, a si mesmo. Ele desenvolve as potências nele adormecidas e sujeitas ao jogo de suas forças sob seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, mas do surgimento do trabalho enquanto fruto da teleologia humana (MARX, 1996).

## VI seminário CETROS

**CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL**

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Logo, o que predomina é a relação do homem com a natureza por intermédio do trabalho e a humanização a partir do aspecto de autocriação do homem no processo de transformação da natureza pelo trabalho. As mudanças nas formas de criar os produtos necessários à sobrevivência humana constituem os indicadores básicos da transformação das relações de produção e das formas sociais em geral do intercuro humano. O trabalho é, dessa forma, o fundamento antropológico das relações econômicas e sociais em geral (id., 1996).

Segundo Lessa e Tonet (2011), o trabalho é criador de valores de uso, trabalho útil, necessário em todas as formas de sociedade para a sobrevivência e o desenvolvimento humano. Por isso, uma condição de existência do ser humano. Independentemente da forma como se produz, o trabalho é a eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.

Assim, op. cit. (1996) em relação à sociedade capitalista, o capital apenas existe por causa do trabalho alienado, porém ocorrendo a superação desse modo de produção, a atividade humana geradora de valor (trabalho) continuará necessária em qualquer forma de sociedade. O trabalho é imprescindível para o capitalismo, no entanto, o trabalho sempre existirá independentemente do modo de produção.

No capitalismo as mercadorias não são apenas valores de uso, são grandezas ou magnitudes sociais que tem em comum o fato de serem produtos de trabalho humano geral indiferenciado (trabalho abstrato). São valores enquanto materialização de força humana de trabalho. Enquanto grandezas sociais, não se distinguem por sua qualidade, mas pela quantidade de trabalho que tem incorporado. São valores que se medem pelo tempo de trabalho socialmente necessário, incorporado na sua produção. No modo de produção capitalista, o valor de uso é submetido ao valor de troca. A produção de mercadorias objetiva não apenas a satisfação das necessidades, mas, principalmente, a busca do lucro que se dá pela troca dos produtos que ocorre a partir do equivalente geral: o dinheiro (IAMAMOTO, 2014).

Antunes (2015) diante da busca incessante do capitalismo por lucros cada vez maiores, tem-se que o valor de uso está subsumido ao valor de troca. O fordismo e o taylorismo foram a forma que a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo desse século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de

## VI seminário CETROS

**CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL**

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



montagem e de produtos mais homogêneos; do controle do tempo e dos movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela separação entre elaboração no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário em massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões.

O toyotismo adentra como novo modelo produtivo, misturando-se ou mesmo substituindo o padrão fordista predominante em diversas partes do capitalismo globalizado. Nesse contexto, são vivenciadas formas transitórias de produzir, cujos desdobramentos são também agudos no que tange às relações entre capitalistas e proletários, principalmente, em relação aos direitos do trabalho (id., 2015).

Segundo Antunes (2015), o toyotismo solidifica-se como uma resposta à crise do fordismo nos anos setenta. O trabalhador desqualificado, submetido à repetição, é substituído pelo operário polivalente. Para a efetiva flexibilização do aparato produtivo, é também indispensável a flexibilização dos trabalhadores. Direitos flexíveis, de maneira a dispor desta força de trabalho em função direta das necessidades do consumidor. O toyotismo é estruturado partindo de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratados, dependentes das condições de mercado.

De acordo com Alves (2007), nas últimas décadas, por causa da crise estrutural e da nova configuração da luta de classes, expressa pela ofensiva do capital na produção e reprodução social por intermédio das ideologias do neoliberalismo e do pós-modernismo, torna-se evidente a condição de precariedade ontológica da força de trabalho como mercadoria. Dessa forma, a precarização do trabalho expõe a realidade de precariedade latente.

O processo de precarização do trabalho, que aparece sob a nomenclatura da flexibilização do trabalho, impõe-se não apenas por meio da perda de direitos e do aumento da exploração da força de trabalho, por meio do alto grau de extração de sobretrabalho de contingentes operários e empregados da produção social. A precarização do trabalho também se explicita através do crescente contingente de trabalhadores desempregados supérfluos à produção do capital (id., 2007).

# VI seminário CETROS

**CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL**

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória. De um lado, reduz o operário industrial e fabril. De outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora-se o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos (op. cit., 2015).

Segundo Felipe (2015) precarização do trabalho gera as terceirizações da força de trabalho, empregos mal remunerados, instáveis e de baixa qualificação, além do forte aumento da informalidade no mercado de trabalho. Portanto, essas formas degradantes de trabalho têm rebatido mais fortemente em segmentos historicamente vulnerabilizados, aprofundados a partir das determinações de gênero, raça/etnia, as demarcações de classe e as relações inerentes ao processo produtivo, com as transformações em curso no capitalismo em várias esferas.

Por fim, Behring e Boschetti (2007) afirmam que a reestruturação produtiva, as mudanças na organização do trabalho e a hegemonia neoliberal tem causado grandes prejuízos nas configurações nas políticas sociais. As consequências são o aumento do desemprego estrutural, a precarização das relações de trabalho, a ampliação de oferta de empregos intermitentes, em tempo parcial, temporários, instáveis e sem acesso aos direitos provenientes dos empregos estáveis.

### **3 Reestruturação produtiva no brasil: precarização e desmonte de direitos**

Behring e Boschetti (2007), descrevem que no Brasil, as conquistas democráticas dos trabalhadores e do movimento popular nos anos 1980 apresentavam a perspectiva de uma ampla e profunda reforma democrática do Estado brasileiro. Porém, a transformação desse projeto em processo aos direitos não pôde ser plenamente realizada, pois veio se deparando com obstáculos econômicos, políticos e culturais a partir, principalmente, da década de 1990 quando o Brasil começa a abraçar o ideário neoliberal.

Contudo, durante os anos 1990 ocorreu uma avassaladora campanha em torno de reformas. A era Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi marcada por esse mote, que já vinha de Collor. Nesse país, ocorre o trinômio do liberalismo para as políticas sociais- privatização,

## VI seminário CETROS

**CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL**

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



focalização/seletividade e descentralização. Assim, o que tem ocorrido é a restrição e redução de direitos sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais em ações pontuais, emergenciais e compensatórias direcionadas aos efeitos mais perversos da crise (Id., 2007).

Nessa realidade, Pedroso (2007) descreve que o desmonte de direitos, o capitalismo compreendeu que, ao invés de se limitar a explorar apenas a força de trabalho muscular dos trabalhadores, restringindo-os de qualquer iniciativa e mantendo-os enclausurados nos moldes estritos do taylorismo e do fordismo, podiam multiplicar seu lucro explorando-lhes a imaginação, a capacidade de cooperação, os dotes organizativos e todas as virtualidades de sua inteligência. Esse fenômeno pode ser verificado concretamente em uma análise sobre o caso brasileiro. A reestruturação produtiva que ocorre no Brasil nos anos 1990 adquire um novo e mais potente controle da subjetividade operária se comparado aos anos 1980. O novo controle capitalista da produção, que surge nesse contexto vinculado à lógica do toyotismo, passa pelo processo de constituição de novas qualificações operárias.

O novo paradigma produtivo que se estabelece é sustentado no crescimento tecnológico, no modo de acumulação flexível e pelo uso da força de trabalho polivalente, ágil, multifuncional com fins de dar consistência a esse modelo que se baseia na economia de escopo, sustentada na demanda (PEDROSO, 2007).

Nesse sentido, os trabalhadores deixam de ser profissionais especializados para se transformarem em especialistas multifuncionais, qualificados, dotados de uma maior realização no espaço de trabalho, o que vem a ser a característica dessa nova fase mais apropriada a uma interação entre o capital e o trabalho, e desse modo, superadora das contradições constitutivas da sociedade capitalista. Assim, considero a flexibilidade e a polivalência como elementos condicionantes desse padrão de produção, o qual processa uma ruptura com o modelo fordista que caracterizava a força de trabalho pela sua especialidade. A rigidez do fordismo é substituída pela idéia de flexibilidade e pela polivalência que o trabalhador deve desempenhar no uso de suas funções (Id., 2007).

No Brasil, este fenômeno ganha proporções maiores considerando as carências sociais, fazendo com que a economia cresça mais do que o ingresso da população economicamente ativa (PEA) no mercado de trabalho e a marginalização da população menos escolarizada. A

## VI seminário CETROS

**CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL**

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



desregulação de um mercado, que já era precariamente regulado, em função das mudanças na economia mundial e da globalização ganha espaço no cenário brasileiro a partir da década de 80 (MARTINS; MOLINARO, 2013).

No tocante a conjuntura brasileira, enquanto um país em desenvolvimento e industrialização retardatária, é válido destacar que o mesmo não seguiu a mesma trajetória de desenvolvimento industrial dos países da Europa e dos EUA. No período em que estes países iniciavam um processo de regulação do mercado de trabalho, estávamos saindo de uma sociedade escravocrata, com uma economia ainda fortemente agrícola até a década de 1950 (Id., 2013).

Honorato (2009) ressalta que soma-se, também, a lógica do mercado e a culpabilização do indivíduo, duas faces que se misturam, diante da desresponsabilização, cada vez maior, do Estado. Os indivíduos tornam-se os responsáveis pela garantia de seu bem-estar e do atendimento de suas necessidades, como se todas as pessoas tivessem as mesmas oportunidades. Assim, direitos e necessidades – antes considerados assuntos públicos – são transformados em mercadorias que devem ser adquiridas livremente no mercado, vale ressaltar, por aqueles que podem pagar.

Muito embora, essa lógica de mercado exclua inumeráveis pessoas do acesso a bens e serviços, é ela que tem sido amplamente difundida, levando os indivíduos a se culpabilizarem por sua situação de miséria. Nessa busca cotidiana por suas garantias individuais, diversos sujeitos naturalizam suas condições subalternizadas e consideram perda de tempo as reivindicações, ou mesmo não acreditam que elas possam modificar a atual situação, gerando um verdadeiro imobilismo (Id., 2009).

Como exposto anteriormente, o modelo econômico que prevalece até os dias atuais é o neoliberal, que influenciou na estrutura dos sindicatos, dismantelando a organização da classe trabalhadora, fazendo com que essa não tivesse a mesma força, pois o neoliberalismo traz como consequências uma maior desregulamentação das leis trabalhistas, desemprego maciço, precariedade nos contratos de trabalho (REIS; NASCIMENTO; TEIXEIRA, 2013).

Alves (2009) destaca que na década de 1990, ocorre uma mudança substantiva na dinâmica (e forma de ser) das greves no Brasil que apontam para tendências novas, em contraste com a década anterior, indicando, deste modo, uma nova dinâmica da prática

## VI seminário CETROS

**CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL**

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



sindical-corporativa ou prática sindical propriamente dita. Na verdade, as dificuldades de “greves gerais” por categoria e a disseminação de greves por empresas no decorrer da “década neoliberal”, expressam condições objetivas adversas de precarização do mercado de trabalho e de ofensiva do capital na produção.

A partir de 1990, ocorre uma inflexão significativa no total de greves no Brasil (em contraste com o período de ascensão do sindicalismo, de 1985 a 1989). Há uma conjuntura histórico-política, marcada pela política neoliberal que articula controle social de mercado (a recessão da economia brasileira do governo Collor, que ampliou o desemprego total nas regiões metropolitanas, colocou sérias dificuldades para o movimento sindical classista) e dispositivos autocrático-estatais de controle do sindicalismo público, um dos polos combativos contra o neoliberalismo na década de 1990 (ALVES, 2009).

Após o descenso de 1991 e 1992, o total de greves tende a crescer relativamente, a partir de 1993, embora não consiga retomar a dinâmica ascendente da década passada. Na verdade, ocorre, nesse período, uma alteração significativa na morfologia social das greves. É importante ressaltar que o Plano Real, de 1994, que extinguirá a política salarial, coloca novos parâmetros para a negociação coletiva no país (Id., 2009).

Nesse cenário de desmonte de direitos, torna-se bastante recorrente nas empresas a terceirização. Esta é uma estratégia empresarial que transfere algumas atividades que anteriormente eram feitas no interior das empresas para fora das mesmas, eximindo-se a empresa dos salários e encargos trabalhistas antes pagos a funcionários internos (TORREÃO, 2009). Nessa realidade, os trabalhadores terceirizados são mais explorados que os demais, muitas vezes, exercendo atividades além das que foram contratados. Exploração tão grande que ocasiona um maior número de acidentes de trabalho e adoecimento físico e mental desses trabalhadores.

O autor continua reiterando que além do avanço da precarização e dos riscos de trabalho ampliados pelo processo de terceirização, os trabalhadores contam ainda com a desintegração e dispersão da classe trabalhadora. O que torna ainda mais difícil a sindicalização desses trabalhadores, devido aos mais heterogêneos contratos de trabalho, entre estáveis, precarizados, sem carteira assinada, etc.

**VI seminário CETROS**  
**CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL**  
desafios para a classe trabalhadora

---

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE  
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



É a desconcentração da mão-de-obra que adentra no processo produtivo e desmobiliza a organização sindical pela diminuição, estratificação e hierarquização dos trabalhadores. Esta última tem se apresentado, no interior da fábrica a partir de duas categorias de trabalhadores: os efetivos e os temporários (Id., 2009).

Essa divisão traz novos problemas aos sindicatos, colocando em questão o seu papel enquanto instituição mobilizadora da unidade dos trabalhadores. O resultado tem sido o enfraquecimento da representatividade dos sindicatos, que em linhas gerais, vem se restringindo na luta pela defesa dos salários e manutenção do emprego, através de uma postura defensiva nas negociações com o empresariado (TORREÃO, 2009).

Nesse contexto de Estado máximo para o capital e mínimo para o social, observa-se o desmoronamento dos direitos duramente conquistados da classe trabalhadora. As opressões de classe, gênero, raça/etnia e orientação sexual tornam-se ainda mais aprofundadas devido aos poucos investimentos nas políticas públicas.

Diante do exposto, Tumulo (2001) destaca que a reestruturação produtiva no Brasil ocorreu sob a égide do capital, com base nas inúmeras pesquisas realizadas, apresenta indícios claros de recrudescimento da degradação do trabalho no Brasil no final do século XX, como resultado necessário do processo de intensificação da exploração sobre a força de trabalho, que, conforme procurei demonstrar, se configura como característica determinante do novo padrão de acumulação de capital. Isso significa uma tendencial redução nas possibilidades de implementação de propostas alternativas por dentro da ordem capitalista e implica, para a classe trabalhadora e para aqueles que com ela se identificam, a necessidade urgente da retomada da luta pela superação desta ordem.

#### **4 Considerações finais**

A sociedade capitalista é atravessada pela busca incessante do lucro a partir da exploração e da subalternização de diversos segmentos da classe trabalhadora, gerando as desigualdades advindas da contradição capital x trabalho. As classes fundamentais (burguesia e proletariado) são antagônicas, ou seja, tem interesses opostos. Dessa forma, em tempos de

**VI seminário CETROS**  
**CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL**  
desafios para a classe trabalhadora

---

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE  
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



crise com um Estado ainda mais máximo para o capital, a classe trabalhadora sofre terríveis rebatimentos.

Essas consequências internacionais das crises cíclicas do capitalismo se tornam, em tempos neoliberais e de reestruturação produtiva, aprofundadas, havendo uma radicalização das condições aviltantes a que está submetida a classe trabalhadora rebatendo também sob outros moldes no contexto nacional. Os poucos recursos direcionados à materialização dos direitos sociais ocasionam o crescimento da vulnerabilização de diversos segmentos populacionais com a realidade de Estado mínimo para o social e máximo para o capital.

Portanto, é no trabalho e pelo trabalho que conseguiremos lutar pela emancipação humana, para a superação da sociabilidade do capital, pois o trabalho é categoria fundante do ser social. Assim, concordamos que a sociedade capitalista não é homogênea, e tão pouco o capital é uma entidade, na verdade, as relações sociais são contraditórias e antagônicas. No modo de produção capitalista o fetichismo torna-se palco e os sujeitos se reificam gerando o estranhamento. Na verdade, o capitalismo não possui ética, ele baseia-se na mercantilização da vida, da natureza e das necessidades mais fundamentais da existência humana.

Portanto, para a real libertação da humanidade, deve ocorrer a superação do modo de produção capitalista, pois esse sistema tem como pilares a exploração, a opressão e a dominação de diversos segmentos. Nesse sentido, a postura deve ser claramente revolucionária de ruptura com o capital visando uma nova ordem societária e de sociabilidade que atenda às necessidades humano genéricas.

### Referências bibliográficas

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva:** Ensaio de Sociologia do Trabalho. Londrina: Editora Práxis, 2007.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e subjetividade:** o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. Boitempo Editorial, 2015.

**VI seminário CETROS**  
**CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL**  
desafios para a classe trabalhadora

---

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE  
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



\_\_\_\_\_. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 188-197, jul./dez. 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/xWi9Yu>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. B. **Política Social: fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2007.

COSTA, Frederico. O marxismo enquanto referencial teórico para o conhecimento do ser social. JIMENEZ, Susana Vasconcelos; FURTADO, Elizabeth Bezerra (Org.). **Trabalho e Educação: uma intervenção crítica no campo da formação docente**. Fortaleza, CE: Edições Demócrito Rocha, 2001.

FELIPE, Joana D'arc Lacerda Alves. A Reestruturação Produtiva e o Trabalho das Mulheres: uma análise crítica. **Anais da VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/8JshtH>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

HONORATO, Leidilane de Oliveira. Os Desafios Impostos à Luta da Classe Trabalhadora no Contexto Neoliberal. **Anais da IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/6v6EvM>>. Acesso em 29 jun. 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Proposta de Interpretação Histórico-Methodológica. **In: Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 41. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx**. 2. Ed. São Paulo. Editora Expressão Popular, 2011.

MARTINS, Maria Inês Carsalade Martins; MOLINARO, Alex. Reestruturação produtiva e seu impacto nas relações de trabalho nos serviços públicos de saúde no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 18(6):1667-1676, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/31grDh>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

**VI seminário CETROS**  
**CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL**  
desafios para a classe trabalhadora

---

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE  
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996.  
Disponível em: <<https://goo.gl/9XiRUR>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

PACKER, AL., et al., orgs. SciELO. **15 Anos de Acesso Aberto**: um estudo analítico sobre Acesso Aberto e comunicação científica. . Paris: UNESCO, 2014, 188 p. Disponível em: <<https://goo.gl/7DobLw>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

PEDROSO, Márcia Nair Cerdote. A Formação do Novo Trabalhador Frente à Reestruturação do Trabalho e da Produção. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 13(1):121-137, jan-jun./2007.  
Disponível em: <<https://goo.gl/KCGqZV>>. Acesso em: 30 de jun. de 2018.

REIS, Andrezza Vaz dos; NASCIMENTO, Letícia Pinheiro; TEIXEIRA, Maria Cecília Paulino. Sindicalismo no Brasil e o Mundo do Trabalho. **Anais do III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais**, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/Gd17uN>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

TORREÃO, Marlene Corrêa. Terceirização no Contexto da Reestruturação Produtiva no Brasil: impactos sobre os trabalhadores e inflexões na organização sindical. **Anais da IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/WgUuD>>. Acesso em: 30 de jun. 2018.

TUMULO, Paulo Sergio. Reestruturação Produtiva no Brasil: um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica. **Educação & Sociedade**, ano XXII, no 77, Dezembro/2001.  
Disponível em: <<https://goo.gl/kT7Z8Q>>. Acesso em: 30 jun. 2018.